

da Universidade Católica Portuguesa — Porto; co-regente da disciplina de Ciências Forenses I do Curso de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Directora do Curso de Pós-Graduação em Avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático (INML/FMUP) e directora dos 2.º e 3.º ciclos de Estudos em Ciências Forenses da Universidade do Porto.

Foi coordenadora do «International Master on Community Protection and Safety Promotion».

Membro de diversos grupos de trabalho no âmbito da sua área profissional bem como de júris de múltiplos concursos administrativos e académicos.

Autora de mais de 130 artigos publicados em revistas, de 22 capítulos de livros e de 5 livros (um como coordenadora), nacionais e internacionais.

Integrou(a) vários projectos de investigação subsidiados e orienta múltiplas teses de mestrado e doutoramento, a nível nacional e internacional.

Apresentou mais de 460 conferências e comunicações em reuniões científicas nacionais e internacionais.

Presidente da Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal (APADAC), sendo membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais, designadamente da International Academy of Legal Medicine.

Exerceu previamente outras actividades como secretária-geral da Sociedade Médico-Legal de Portugal, secretária-geral do Groupe International de Recherche Interdisciplinaire sur le Handicap, vogal da direcção da Cooperativa Mais Criança e vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Médicos Avaliadores do Dano Corporal.

Directora-adjunta da *Revista Portuguesa do Dano Corporal*.

Recebeu dois prémios científicos internacionais e cinco louvores de sociedades científicas.

Nota curricular

Jorge Manuel Matias da Costa Santos

Doutorado em Medicina Legal (área das Ciências Sociais Médicas) pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, especialista em Medicina Legal, com o grau de consultor e a categoria de assistente graduado sénior, habilitado com o internato complementar da especialidade de Psiquiatria e Pós-Graduação em Psiquiatria Forense e Criminologia Clínica pela Universidade de Genève.

Professor associado convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e membro eleito da comissão coordenadora do seu conselho científico.

Director do Curso de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses da Faculdade de Medicina de Lisboa, do Curso Superior de Medicina Legal da Delegação do Sul e membro dos conselhos coordenadores de outros cursos de pós-graduação e mestrado.

Professor convidado em diversas universidades públicas e privadas, nomeadamente da Academia Militar e da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Director da Delegação de Lisboa do Instituto Nacional de Medicina Legal de 2004 a 2006 e vogal do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., e director da Delegação do Sul deste mesmo instituto desde 2007.

Membro do Conselho Médico-Legal. Exerceu vários cargos, designadamente os de director dos serviços de clínica médico-legal e de psiquiatria forense do Instituto de Medicina Legal de Lisboa e o de secretário do Conselho Médico-Legal de Lisboa.

Vogal do conselho directivo do Colégio da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos, do qual foi presidente entre 2006 e 2009, tendo sido também membro do Conselho Regional do Internato Complementar da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos.

Membro fundador e vogal eleito da primeira direcção do European Council of Legal Medicine. Membro dos conselhos fiscais da International Academy of Legal Medicine e da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa.

Vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Suicidologia. Membro de cerca de duas dezenas de sociedades científicas nacionais e internacionais. Membro do conselho científico ou editorial de várias revistas nacionais e internacionais na área da medicina legal e psiquiatria forense, nomeadamente do *The Journal of Forensic Psychiatry and Psychology* e da *Revista Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal*.

Foi consultor científico de diversas instituições públicas e privadas.

Organizador ou co-organizador de diversos cursos de pós-graduação na área da Medicina Legal e Ciências Forenses e membro da comissão organizadora de congressos nacionais e internacionais. Integrou diversos grupos de trabalho nacionais e internacionais no âmbito da sua área profissional, alguns dos quais por nomeação ministerial. Foi membro de vários júris de qualificação académica e profissional.

Curso para Altos Dirigentes do Ministério da Justiça, Seminário de Alta Direcção do INA, tendo recebido um prémio, e Curso Avançado em Gestão Pública, igualmente do INA.

Autor ou co-autor de mais de 80 artigos publicados, 6 capítulos de livros e cerca de 300 comunicações apresentadas em congressos nacionais e internacionais, tendo sido galardoado com 4 prémios científicos, dos quais 2 internacionais e 5 louvores relativos ao seu desempenho profissional.

Orientador ou co-orientador de cerca de três dezenas de dissertações de mestrado e duas de doutoramento.

203390225

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Despacho n.º 10533/2010

Através do despacho n.º 24 792/2007, de 16 de Outubro, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 29 de Outubro de 2007, foi reconhecido o interesse público da 2.ª fase do projecto do Parque Termal de Monção, a promover pela Câmara Municipal de Monção, utilizando para o efeito 28 978 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Monção, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/96, de 11 de Setembro.

Preende agora a Câmara Municipal de Monção alterar o projecto do Parque Termal de Monção, ampliando as áreas de estacionamento e respectivos acessos e construindo um campo de futebol com bancadas no local do campo polidesportivo, um edifício de apoio ao campo de futebol no local da pista simplificada de atletismo, um campo polidesportivo e dois campos de ténis no local onde estavam previstos três campos de ténis.

Para este efeito pretende utilizar 35 000 m² de áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional.

Considerando a justificação apresentada pela autarquia, nomeadamente a percepção que o equipamento desportivo agora proposto é mais adequado às necessidades da população e ao dinamismo das actividades desportivas instalado;

Considerando, ainda, que a disciplina constante do Plano Director Municipal de Monção, aprovado por deliberação da assembleia municipal em 30 de Abril de 2009, e publicado pelo aviso n.º 9853/2009, de 20 de Maio, não obsta à concretização da obra;

Considerando o parecer favorável da Entidade Regional da Reserva Agrícola do Norte e os pareceres favoráveis condicionados do Instituto da Conservação da Natureza, da Direcção-Geral de Energia e Geologia e da Capitania do Porto de Caminha;

Considerando o parecer favorável emitido pela Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P.;

Considerando, por fim, o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, condicionado à execução, por parte da Câmara Municipal, das seguintes medidas:

Encaminhar todos os resíduos para operador licenciado, devendo os locais de depósito situar-se em áreas não integradas na Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional;

Proceder às operações de manutenção dos equipamentos em locais próprios, de forma a evitar derrames acidentais de combustíveis ou lubrificantes;

Plantação de espécies autóctones, as quais deverão dar cumprimento ao exposto no parecer do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Determina-se:

1 — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 932/2010, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 14 de Janeiro de 2010, reconhecer o relevante interesse público da 2.ª fase do projecto do Parque Termal de Monção, no concelho de Monção, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos supra-referidos.

2 — O não cumprimento das condicionantes acima referidas determina, para o proponente, a obrigatoriedade de repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à construção, reservando-se, ainda, nessa situação, o direito de revogação futura do presente acto.

3 — Revogar o despacho n.º 24 792/2007, de 29 de Outubro, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 29 de Outubro de 2007.

17 de Junho de 2010. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião*.

203394365

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 10534/2010

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, estabelece, no n.º 1 do seu artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que no mapa de pessoal dirigente da Direcção-Geral do Orçamento se encontra vago o lugar de Chefe de Divisão de Serviços de Apoio ao Planeamento e Controlo:

Nomeio, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do disposto conjuntamente nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a técnica superior, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, que reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, a licenciada Luísa Maria Fernandes Duarte Mano no cargo de chefe de divisão de serviços de apoio ao planeamento e controlo, com efeitos a 1 de Julho de 2010.

Direcção-Geral do Orçamento, 16 de Junho de 2010. — A Directora-Geral do Orçamento, *Maria Eugénia Melo de Almeida Pires*.

Nota Curricular

Dados biográficos:

Nome: Luísa Maria Fernandes Duarte Mano.

Data de nascimento: 13/02/1970.

Naturalidade: Freguesia de S. Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa.

Habilitações literárias:

Licenciatura: Licenciatura em “Administração e Gestão de Empresas”, concluída em 22/02/1994, na “Universidade Católica Portuguesa”, em Lisboa, com média final de 13 valores.

Pós-Graduação: “Pós-Graduação em Sistemas de Informação”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Informática, do Departamento de Engenharia Informática (DEI) do Instituto Superior Técnico (IST) e ministrado nas instalações do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC). Curso concluído em 28/03/2002, com média final de 15 valores.

Formação profissional:

Formação nas seguintes áreas: financeira, orçamental e contabilística; gestão e administração; auditoria; jurídica; informática; línguas (inglês); comportamental.

Actividade profissional:

Na função pública:

Ministério das Finanças

2009 — Transição em Janeiro para a carreira geral de Técnico superior, categoria de Técnico superior, por aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho. Regresso em Julho ao desempenho de funções na Direcção-Geral do Orçamento (DGO). Louvor de Sua Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças, datado de 16 de Setembro de 2009, face ao trabalho desenvolvido no GTIPOP (Louvor n.º 622/2009, D.R. n.º 185, 2.ª série, de 23/09/2009). Carta de recomendação, de 15 de Setembro de 2009, do Prof. Álvaro Aguiar, enquanto Chefe do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças, face ao trabalho desenvolvido no GTIPOP.

2008 a 2009 — Designada por Sua Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças (MEF) para integrar o Grupo de Trabalho para a Implementação Piloto da Orçamentação por Programas (GTIPOP) criado “no âmbito da concretização de um modelo de orçamentação por programas, com o objectivo específico de preparar os programas piloto que constarão do orçamento do Estado para 2009”. Trabalhos de definição e monitorização dos Pilotos do OE-2009, em colaboração com os Coordenadores dos mesmos. Elaboração de diversos documentos para o gabinete do MEF e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, destacando-se os relatórios relativos aos Pilotos para a Orçamentação por Programas (OP), o Guião da OP (em português e inglês), artigos sobre a OP e a apresentação “Programme Budgeting. For a performance-informed public management”, no âmbito da visita a Portugal, entre 20 e 24/04/2009, de uma delegação polaca de *high-ranked senior officials* do Ministério das Finanças Polaco, organizada pelo European Institute of Public Administration (EIPA).

2008 — Nomeada, precedendo concurso onde obteve a classificação final de 17,20 valores, na categoria de Assessor de Orçamento e Conta.

2007 — Desempenho de funções de apoio técnico no âmbito do desenvolvimento do sistema de gestão documental. Colocação na Direcção de Serviços do PIDDAC. Integra o grupo de trabalho do projecto relativo ao “Levantamento dos requisitos funcionais do SI-PIDDAC com vista ao redesenho dos processos existentes e ao desenvolvimento de uma nova aplicação informática” (designado por Projecto SIPIDDAC).

2003 — Nomeada, precedendo concurso, na categoria de técnica superior de Orçamento e Conta Especialista do quadro da Direcção-Geral do Orçamento (DGO).

2001 a 2005 — Designada como coordenadora de equipas de auditoria, no âmbito da actividade desenvolvida na Direcção de Serviços de Auditoria da DGO.

2000 a 2007 — Regresso ao lugar de origem em 14/09/2000, após assessoria em Gabinetes ministeriais, no MAI, sendo colocada na Direcção de Serviços de Auditoria da DGO.

1999 — Nomeação definitiva, mediante concurso como técnica superior de 1.ª Classe. Opção pela carreira específica da DGO de pessoal técnico superior de orçamento e conta, transitando para a categoria de técnica superior de Orçamento e Conta Principal.

1997 — Nomeação definitiva como técnica superior de 2.ª Classe do quadro da DGO.

1995/1996 — Estágio na, então, DGCP-Direcção-Geral da Contabilidade Pública, na Carreira Técnica Superior, com início a 04/12/1995, efectuado na 5.ª Delegação do Ministério das Finanças junto do Ministério da Justiça.

Ministério da Administração Interna

1997/2000 — Assessora, na área financeira, no Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna (de 26/11/1997 a 13/09/2000).

1997 — Assessora, na área financeira, no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna (de 18/08/1997 a 25/11/1997).

Na actividade privada:

1994/1995 — Profissão liberal: Revisão de texto, criação e acabamento gráficos de manuais de gestão, no âmbito de programas comunitários, na empresa FORMEDIA-Criação e Desenvolvimento de Empresas, SA.

1987 — Estágio na PORTUCEL, na área da Direcção Financeira, durante o mês de Agosto.

Últimos trabalhos desenvolvidos na DGO:

Apoio à Direcção nos trabalhos de planeamento e de preparação do OE-2010. Membro do grupo de trabalho que criou as *checklists* e mapas de apoio à análise das propostas de orçamento para o OE-2010. Coordenação e apoio aos trabalhos relativos à elaboração do Manual de Procedimentos das UO. Participação nos trabalhos de análise e definição dos objectivos e indicadores das UO da DGO no âmbito do SIADAP 2009 e 2010. Acompanhamento do QUAR 2009 e 2010 da DGO. Elaboração do Relatório de Actividades da DGO de 2008 e 2009. Elaboração do Plano de Actividades da DGO para 2009 e 2010. Elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas. Elaboração do documento “Regras de Uniformização — Normalização de nomes de *workflows* e de documentos no SGD”. Secretariado técnico das reuniões mensais de directores de serviços da DGO. Participação na tradução do documento da OCDE “OECD Review of Budgeting in Portugal”.

203391968